INFÂNCIA E FORMAÇÃO HUMANA EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA AMAZÔNIA PARAENSE: REFLEXÕES A PARTIR DA CONTRADIÇÃO CAPITAL E TRABALHO

Maria Isabel Batista Rodrigues
Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-8695-4157
Endereço eletrônico: r.mariaisabelbatistarodrigues@yahoo.com.br

Palavras-chave: ser social criança; trabalho como princípio educativo; trabalho familiar; território quilombola; subjetividade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, com o título "Infância e formação humana em território quilombola da Amazônia paraense: reflexões a partir da contradição capital e trabalho", considera as experiências de trabalho-educação, economia e cultura de crianças inseridas no cotidiano de uma comunidade quilombola da Amazônia, Estado do Pará, buscando lhes compreender o processo de constituição do ser social, a partir das relações socioculturais constituídas no território onde produzem e organizam a vida, entendendo-o também como resultado de atravessamentos de mediações de segunda ordem do capital em interfaces com as de primeira ordem.

Objetivamente, analisamos como crianças da comunidade quilombola de trabalhadores agricultores de Mupi-Torrão, município de Cametá, Amazônia paraense, são formadas pelo trabalho em interface com economia e cultura, considerando suas subjetividades, entendendo-as enquanto sujeitos de um pensar-fazer que pode, a partir de mediações do trabalho, manifestar modos de vida opostos às sociabilidades do capital.

Como norte de pesquisa, problematizamos: quais mediações formativas são experienciadas por crianças quilombolas em sua constituição como ser social, a partir da comunidade de Mupi-Torrão, município de Cametá (PA), por meio do trabalho, que lhes potencializam subjetividades, identidades, modo de vida coletivo, emancipador e de

autonomia, em oposição às subjetividades do modo de produção capitalista, pautadas na racionalidade de mercado?

Essa problematização parte do pressuposto de que se faz necessário investigar processos de formação da infância em contextos historicamente constuídos por relações de coletividade, de solidariedade, com um modo de produzir a existência a partir de experências que advêm do seu cotidiano, como comunidades quilombolas, relacionadas ao trabalho enquanto princípio educativo, que busca garantir a vida de um conjunto de crianças, mulheres e homens.

Tomando, pois, o trabalho como princípio educativo, conforme Gramsci (1977), entendemos que, a partir dele, homens e mulheres, também em sua dimensão infantil, são constituídos enquanto seres sociais, com subjetividades pessoais, sociais e culturais capazes de negar materialidades do capital, assumi-las e/ou constituir-se em uma unidade do diverso no processo de formação humana.

Teoricamente, consideramos também a categoria subjetividade, a partir de Marx (1969), para o qual há, no interior das relações humanas mediadas pelo trabalho, um conjunto de sensações, ilusões, modos de pensar e visões de vida distintas e peculiarmente formadas sobre e a partir da realidade, indicando-nos que a materialidade de produção e organização da existência humana produz também formas de atuação sobre os sujeitos.

Em termos teóricos, a categoria ser social é entendida a partir das formulações de Lukács (1978, p. 93), para o qual "O indivíduo é ente social. A sua manifestação de vida – mesmo que não apareça na forma direta de uma manifestação de vida comum, realizada ao mesmo tempo com outros – é, portanto, uma manifestação de uma afirmação de vida social".

Nesta perspectiva, a compreensão do ser social criança foi compreendida a partir das relações socioculturais experienciadas em seus territórios, nas mediações resultantes da unidade trabalho-formação, partindo-se do pressuposto de que, conforme Netto e Braz (2008, p. 37), "[...] não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade, [de maneira que] [...] é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui".

Portanto, entendemos o ser social criança como um ser social e culturalmente

definido (Kramer, 1986), sendo possuidora de história, decorrente de sua situação de classe e/ou de um modo de organizar a vida oposta a essa realidade, considerando a materialidade de vida de povos e comunidades tradicionais, como uma comunidade quilombola, ocupando um espaço que não é só geográfico, mas que também é de valor.

Ainda, numa perspectiva teórica, assumimos o trabalho não como categoria meramente técnica e como produção de bens materiais, mas, sobretudo, como meio de constituição da subjetividade dos sujeitos que, diante das diferentes capacidades de trabalho, que são adquiridas no curso da vida, vão aos poucos aprimorando seu processo de formação, enquanto trabalhadores e trabalhadoras, diante de uma relação de trabalho que possibilita o reconhecimento do sujeito como parte pertencente do meio onde realiza suas atividades laborais.

Partindo deste pressuposto, entendemos que o trabalho e a educação se materializam em uma perspectiva pedagógica, dado que as propriedades da cultura e das atividades laborais são transmitidas e assimiladas no decorrer da vida, por meio da interação entre os sujeitos, via trabalho, e não adquiridas por meio das heranças biológicas de cada ser, ressiginificando o trabalho também como uma dimensão intencional na vida humana, pois, além de garantir sua condição existencial, ele possibilita que os sujeitos se apropriem de todos os processos de produção, promovendo as relações sociais entre indivíduos.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo, fundamentada em contribuições de Minayo (2016) e Küster (2026), bem como nos pressupostos do materialismo histórico-dialético (Kosik, 2002), considerando-se os princípios formativos do trabalho do ser social criança em uma dimensão de ações decorrentes da realidade social quilombola, com uma dinâmica de formação do trabalho como produção da vida, de relações e de subjetividades.

Para o desenvolvimento da investigação, imergirmos na comunidade, de forma contínua ao logo dos anos de 2023 e 2024, período em que percorremos diferentes espaços da comunidade: igreja, escola, barracão comunitário, casas de farinha, propriedades dos trabalhadores e diversas casas de famílias da comunidade. Nesses contextos, realizamos observação, roda de conversa, entrevistas, registros fotograficos e notas de campo. A partir

desse processo, constituimos os sujeitos da pesquisa: 7(sete) crianças na faixa etária entre 6(seis) a 12(doze) anos de idade, bem como 6(seis) adultos respectivos responsáveis por elas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em termos de resultados, evidenciamos que a formação do ser social criança na comunidade quilombola de Mupi-Torrão se constiui por mediações que historicamente são produzidas no contexto de suas relações comunitárias de modo a possibiliar a vida material, social e cultural. Neste sentido, destacamos que o povo da comunidade de Mupi tem com a natureza e o território uma relação de interdependência, sendo o trabalho o elemento mediador dessa relação, e a terra é a base da reprodução da vida.

A reciprocidade, a ajuda mútua, ainda dá base para a sustentação de um modo de vida que, historicamente, resiste ao sistema hegemônico de dominação no sentido econômico, social, cultural e formativo. Nesse contexto, ao participar do processo de trabalho, as crianças aprendem observando e fazendo, ou seja, o aprendizado ocorre em um processo de interação fundamentado nas experiências compartilhadas no ambiente comunitário, constituindo-se como aspectos fundamentais para sua formação de seu ser social.

As crianças participam junto aos adultos dos processos da produção da roça de mandioca, que se destina à fabricação da farinha, para o consumo do núcleo familiar, acompanham os mais velhos na coleta do açaí e, assim, vão experienciando saberes que são necessários para quem vive do trabalho na agricultura familiar, realizam a atividade da pesca artesanal e passam a compreender que retirar do rio só o necessário para o sustento é viver experiências de cuidado e preservação com o meio que lhe gera vida.

CONCLUSÔES

Diante de nossas observações, diálogos e análises, consideramos que o viver do ser social criança no território quilombola de Mupi-Torrão acontece mediante processos formativos que são mediados por práticas socias que se manifestam na reciprocidade, no uso coletivo dos recursos naturais, na transmissão de saberes a partir das experências de trabalho que lhes possibilitam garantir a manutenção da vida e não o acúmulo de riquezas, práticas

estas que ao nosso entender tensionam a lógica do capital.

E ainda, consideramos também que o viver do sujeito social criança quilombola de Mupi-Torrão pressupõe entender os processos formativos que experienciam para um pensar-fazer-sentir para além do capital, no interior dos processos de trabalho de trabalhadores agricultores na Amazônia, embora os atravessamentos do capital já se façam percebidos numa crescente, orientados pela lógica do acúmulo que se expressa pelo uso da terra para obtenção de lucro, manifestando-se no plantio do açaí como monocultura com fins de comercialização em mercado mais amplos e não mais tão somente como prática social para garantia da existência da comunidade.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere.** Edizione critica. Turim: Einaudi, 1977. V. 4.

KRAMER, S. **Alfabetização:** dilemas da prática. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

KÜSTER, Lilian Pereira dos Santos. Educação e cultura no semiárido: um olhar sobre a comunidade de Canavieira (BA) e a Educação de Jovens e Adultos- EPJAI. **REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21** ISSN 2675-6218, v.7, n.1, 2026.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista:** sobre a categoria da particularidade. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.